

-----ATA Nº 3-----

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Grijó, sito na Alameda do Mosteiro, a Assembleia de Freguesia deu continuidade, em segunda reunião, à sessão ordinária iniciada no dia 27/04/2018, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 3. Período de intervenção do público. -----
- 4. Período da Ordem do Dia: -----
- 4.2. Discussão e Votação da 1ª revisão Orçamental/2018 com o saldo da conta de gerência do ano financeiro de 2017. -----
- 4.3. Conhecimento e apreciação do plano de pagamentos plurianuais. -----
- 4.5. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. -----
- 4.6. Discussão e votação de remissões em sepulturas temporárias do Cemitério de Grijó e de Sermonde. -----
- 4.7. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia acerca desta e da situação financeira das freguesias de Grijó e Sermonde. -----

Deu-se início à reunião na presença dos seguintes elementos: -----

Pelo Partido Socialista (PS): José Manuel de Almeida Couto, Sofia Ferreira Dias de Almeida, José Domingos Gonçalves Correia, Manuel Quintas Sanhudo, Cristina Oliveira Gomes, José Carlos Costa Ferreira, José António Silva Santos, em substituição de Filipa Nunes Lopes Moura, e Paulo Jorge Barros Neves. -----

Pela Coligação Gaia de Novo (PSD/CDS-PP): Maurício Ramiro Ferreira Santos, Jorge Filipe Gomes Castro, em substituição de Olimpia Manuela Oliveira Almeida Gomes, Joaquim Aureliano Cavadas André Oliveira e Manuel Joaquim de Sousa Félix, em substituição de Rosa Maria Rodrigues Sobral. -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Paula Albertina Oliveira Ferreira Batista. ----

Pelo Executivo da Junta de Freguesia, estiveram presentes: Joaquim César Ramos Rodrigues, Gil Manuel Camarinha Costa, Maria João Costa, Rosa Margarida de Sousa Neves e Francisco Manuel Jesus Silva. -----

Antes de dar início à reunião, o Sr. Presidente da Assembleia convidou o Sr. José Carlos Costa Ferreira para assumir, na mesa, o lugar de 2º secretário. Feito isto, entrou-se no período de intervenção do público. Único inscrito para o efeito, o Sr. Fernando Santos da Silva mencionou que, apesar de não residir em Grijó, tem uma propriedade junto à Quinta Amarela, onde existia um canal de esgoto das águas pluviais que, aquando do asfaltamento

da estrada, foi tapado, sendo que, agora, a água fica ali concentrada, criando uma represa, às vezes com dois metros de altura. Informou que, em tempos, no mandato de um executivo anterior, já havia apresentado reclamação pela situação exposta, mas que nada fora feito para resolver o problema. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Junta respondeu que já tinha falado com as águas para que aquela questão fosse resolvida, solicitando, no entanto, ao reclamante que deixasse o seu contacto pessoal, a fim de ser agendada uma reunião, no local e na presença dos serviços das Águas de Gaia. -----

Entrado no ponto quatro, ponto dois – Discussão e Votação da 1ª revisão Orçamental/2018 com o saldo da conta de gerência do ano financeiro de 2017 –, abertas inscrições para o efeito, o Sr. Jorge Castro disse considerar que o saldo de gerência era negativo, no que concerne à execução orçamental. Mencionou, ainda, que na semana anterior fora dito que o Sr. Presidente da Câmara iria transferir 72 mil euros (setenta e dois mil euros) para a execução da Rua do Sr. do Padrão, pelo que gostaria de saber se esta verba era suficiente, ou não, para tal empreitada. Disse pretender saber, igualmente, se, de facto, as contas do município estavam no verde, respeitando a normas legais dos organismos públicos. Por fim, sublinhou que o investimento em despesas de capital é fundamental para o desenvolvimento da freguesia. -----

Por sua vez, o Sr. José Domingos Correia, tomando a palavra, afirmou que o saldo em discussão era claramente positivo e que isso é que é verdadeiramente importante, não se se trata de despesas de capital ou correntes. Em resposta ao que afirmara o deputado que acabara de intervir, frisou que quando a força política que este representa vier a estar no executivo tome as decisões que bem entender, reiterando que o saldo da conta de gerência do ano financeiro de 2017 era altamente positivo. Na continuação, acrescentou que, em tempos, quando lhe perguntavam onde vivia, dizia apenas que vivia no Porto; e quando pormenorizava, referia que era dos arredores. Hoje, é com enorme orgulho e em voz alta que volta a dizer que é de Grijó e de Vila Nova de Gaia. -----

Em período de respostas, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia informou o Sr. Jorge Castro de que, tal como já havia sido dito noutros momentos, os 72 mil euros não se destinavam à requalificação da rua do Sr. Padrão. Essa verba corresponde a duodécimos transferidos pela Câmara Municipal para a Junta, uma vez que, por falta de autorização do Tribunal de Contas, ainda não tinha sido possível fazer essa transferência. Relativamente



ao saldo da conta de gerência, afirmou que, como se podia verificar, era extramente positivo. -----

Neste momento, o Sr. Maurício Santos interveio para questionar o executivo se, de facto, a rua Sr. do Padrão sempre vai ser reabilitada.

Em resposta o Sr. Presidente da Junta respondeu sim, que tem dito repetidamente que vai ser feita e respetivas condições e procedimentos.

Posto isto, foi o documento em discussão submetido a votação, tendo sido aprovado com oito votos a favor, da bancada do Partido Socialista, quatro votos contra, da bancada da Coligação Gaia de Novo e uma abstenção, da bancada da Coligação Unitária Democrática.

Em declaração de voto, a Sr^a deputada Paula Baptista esclareceu o sentido da votação da CDU tinha a ver, apenas, com questões políticas, dado tratar-se de uma revisão do orçamento para o ano 2018. -----

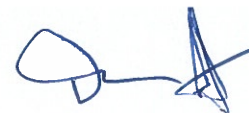
Quanto ao plano de pagamentos plurianuais, depois de prestados breves esclarecimentos pelo Sr. Presidente da Junta, não se registaram intervenções de apreciação do documento trazido à Assembleia de Freguesia, para conhecimento. -----

Assim sendo, entrou-se em novo ponto – Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. Interpelado a prestar os esclarecimentos que entendesse, na introdução do ponto em discussão, o Sr. Presidente da Junta sugeriu que, em próximos documentos do género, fossem registados, apenas, os novos dados, ou alterações, a fim de não se estar sempre a repetir o inventário, que é do conhecimento de todos os membros da Assembleia, por lhes ter sido apresentado já um extenso documento com todos os bens e o património da União de Freguesias de Grijó e Sermonde. -----

Intervindo, o Sr. Maurício Santos disse ter verificado que, no inventário, está inscrito um aparelho de gravação. Neste sentido, seria possível gravar as sessões da Assembleia de Freguesia, assunto já por si abordado em reuniões anteriores, sem ser necessário investir neste tipo de meios. -----

O Sr. Presidente da Junta esclareceu que se trata de uma decisão da Assembleia de Freguesia e que mesmo que o aparelho inventariado não esteja nas devidas condições de utilização, o problema terá que ser resolvido.

A Sr^a deputada Paula Baptista lembrou que, em tempos, a Junta de Freguesia de Grijó, havia adquirido uma pintura, questionando o atual Executivo se disso tinha conhecimento, uma vez que a dita tela não se encontra no local onde esteve durante alguns anos. -----



Respondendo, o Sr. Presidente da Junta esclareceu que, no seu tempo, nunca encontrou na junta qualquer pintura. Disse não duvidar do que acabara de ouvir, mas que não sabia nada a esse respeito. -----

Entrando em novo ponto da ordem de trabalhos - Discussão e votação de remissões em sepulturas temporárias do Cemitério de Grijó e de Sermonde -, o Sr. Jorge Castro questionou se era possível substituir a terra dos jazigos por areia e que seria importante sensibilizar a população para a possibilidade de se criar um crematório, porque o atual cemitério de Grijó não tem mais por onde crescer. -----

A este propósito, o Sr. Presidente da Junta informou que há quatro anos se tentou ter quatro sepulturas livres, mas tal não tem sido possível, dado que os corpos nelas depositadas ainda não estavam decompostos -----

Intervindo, a deputada Paula Baptista perguntou se não há terreno livre neste momento, mesmo na parte nova do cemitério. -----

O Sr. Presidente da Junta respondeu que, de facto, não há terrenos de carreira livres, acrescentado que foi pena que na altura da construção do cemitério novo, há alguns anos, o executivo de então não tivesse salvaguardado este aspeto. Lembrou que, no mandato anterior, foi a apresentado à Assembleia de Freguesia (sessão de 09 de maio de 2014) um projeto de construção de sepulturas em parede – jazigos gavetões – para funcionarem como terrenos de junta. Como se tratava de uma matéria sensível, como se concluiu na altura, decidiu-se não avançar com este projeto. Relativamente ao que sugerira o Sr. Jorge Castro, esclareceu que jamais a Junta iria ter com as pessoas para abordar a questão de crematório, dado tratar-se de uma matéria muito complexa e sensível, do foro pessoal. -----

Submetido a votação, foi o documento discutido neste ponto aprovado por unanimidade. --
Relativamente ao último ponto da ordem de trabalhos, a deputada Paula Baptista dissertou brevemente sobre a importância da descentralização de poderes e sobre a transferência de competências para as autarquias locais, que atualmente contam com um financiamento muito escasso. Relativamente aos Jogos Juvenis quis saber quando é que teriam o seu início, quais as modalidades contempladas e o número de crianças e jovens que iriam participar neste evento. Por fim, questionou o Executivo sobre que Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) existem e o que têm vindo a fazer. -----

Por seu turno, o Sr. Maurício Santos teceu algumas considerações sobre processos judiciais em curso, alertando para a falta do número de processo num deles. Questionou, ainda, que

no caso de haver sentenças em trânsito julgado, se não seria mais favorável chegar a um acordo para minimizar custos. -----

Tomando a palavra, a deputada Cristina Gomes congratulou o Executivo pelo excelente exercício de mandato, por se tratar de um exemplo de seriedade, de rigor e de transparência. Congratulou, ainda, as forças políticas da oposição, apelando à manutenção de um saudável ambiente democrático e ao permanente pedido de esclarecimentos. Lamentou, porém, que alguns desses pedidos esclarecimentos venham sempre com alguns reparos e insinuações menos sérias, quanto a algumas rubricas do relatório de despesas da Junta. Em seu entender, importa assumir um discurso sério e responsável. -----

Intervindo, o Sr. Presidente da Junta começa por agradecer as palavras da deputada Cristina Gomes. Dirigindo-se à deputada Paula Baptista, disse reconhecer que a transferência de competências é importante, mas que com ela não veio qualquer apoio financeiro, o que acaba por penalizar as autarquias. Quanto aos Jogos Juvenis, informou que foram desenvolvidas modalidades como ginástica artística, xadrez e andebol, entre outras e que nelas participaram cerca de cinquenta crianças e jovens. Relativamente aos Conselhos Locais de Ação Social, esclareceu que funcionam com os técnicos da junta e regularmente, tratando-se de projeto piloto e de uma mais-valia quanto à troca de experiências. Informou que foi apresentado um novo Conselho Local de Ação Social à Câmara Municipal, que o aprovou, sendo que a respetiva presidência será rotativa, assumindo-a, em cada novo ano, um presidente da junta da área. Em seu entender, esta medida será vantajosa para a União de Freguesias de Grijó e Sermonde, mas é importante que não se fique pelo papel. Em resposta ao Sr. Maurício Santos, esclareceu que, no caso dos processos judiciais em curso, não há acordo porque a lei não permite, sendo que a Junta ganhou alguns processos e perdeu outros. Acrescentou que, em mandatos de executivos anteriores, em Grijó, as faturas não respeitavam a lei dos compromissos. Acresce que não há atas da Assembleia de Freguesia, ao tempo, nem do executivo do anterior, pelo que o atual não se sente responsável pelas ilegalidades cometidas nessa altura. Logo, não é possível fazer qualquer acordo, porque tem que haver um número sequencial de compromissos assumidos, o que não foi o caso. Dando como exemplo um dos passeios seniores anuais, sabe-se que o transporte foi efetuado, mas a respetiva fatura não respeitava a lei dos compromissos, pelo que não pode ser pago. Acrescentou que, relativamente a um dos processos, do empreiteiro Adriano Malheiro, o tribunal deu parte

favorável quer à Junta quer ao empreiteiro, mas qua a Junta não esteve de acordo com esta decisão, na medida em que os orçamentos foram feitos pelo Executivo de então e que a obra não foi feita pela dita empresa. Neste contexto, informou que a atual Junta de Freguesia já pagou mais de cento e trinta mil euros de dívidas, relativas a decisões judiciais, sendo que algumas pessoas que disseram que não iam meter a Junta em tribunal acabaram por fazê-lo. Outra situação grave é a que diz respeito ao fotógrafo Ferreira, que apresentou faturas no valor de dez mil euros, correspondentes ao período em que esteve na Junta de Freguesia de Grijó, mas a verdade é que não há fotos nenhuma. Face ao exposto, disse estar consciente de que, enquanto Presidente, tem resolvido todos os processos da melhor forma e feito uma boa gestão. -----

Reiterando a posição do Sr. Presidente da Junta, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia lembrou que o anterior Presidente da Junta, Sr. Rogério Tavares, que concorreu à Junta de Grijó pelo Partido Socialista, mais tarde como Independente e, depois, pelo Partido Social Democrata, a partir de certa altura passou a não lhe merecer qualquer credibilidade, sobretudo pela falta de seriedade no tratamento de determinados assuntos e na relação com o próprio Presidente da Assembleia de Freguesia. Por estas e outras razões, foi cortando os laços com o Sr. Rogério Tavares, passando a assumir uma verdadeira posição de fiscalização da ação do Presidente da Junta, tendo, inclusivamente, apresentado várias participações na polícia judiciária e no tribunal, uma delas relativas ao excessivo e doloso consumo de gasóleo. Acrescentou que, enquanto Presidente da Assembleia, chegou a uma situação em que não havia comunicação com o Presidente da Junta e que, pela falta de seriedade deste, muitas das necessárias comunicações que poderiam ser orais e informais, passaram a ser feitas por escrito. Concluiu reconhecendo que os tempos mudaram e que, hoje, a Junta de Freguesia está a ser gerida por pessoas sérias, responsáveis e transparentes, razão pela qual retomou o lugar que exerce. -----

Tomando a palavra, o Sr, Gil Camarinha Costa interveio para dizer que fazia suas as palavras que acabavam de ser proferidas. Também ele, que na altura eram membro do executivo, progressivamente descontente com a forma de agir do referido presidente da Junta, tomou a decisão de cumprir com as suas obrigações até ao final do mandato, mas não o acompanhar em eventual candidatura a novo mandato. -----

Aqui chegados, foi lida a minuta da ata da reunião que, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, eram vinte e três horas e vinte e três minutos, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e pela 1ª secretária em exercício. -----

O Presidente da Assembleia



José Manuel de Almeida Couto

A 1ª Secretária, em exercício



Sofia Ferreira Dias de Almeida